ELEIÇÕES

Corte analisa ação impetrada pelo Novo contra a destinação de R$ 4,9 bi do Orçamento para o pleito de outubro. Expectativa é de que recurso seja mantido

Ascom/STF



Mendonça relatou a ação que pede o retorno dos valores do fundo aos R$ 2,1 bilhões previstos inicialmente pelo governo

Valor do Fundo Eleitoral nas mãos do Supremo

» LUANA PATRIOLINO

O Supremo Tribunal Federal (STF) volta a analisar, amanhã, uma ação contra o Fundo Eleitoral de R$ 4,9 bilhões. A cifra foi aprovada pelo Congresso no ano passado, para o Orçamento de 2022. A matéria, relatada pelo ministro André Mendonça, foi liberada e logo pautada pelo presidente da Corte, Luiz Fux.

A ação foi proposta pelo partido Novo. A legenda pede que o STF derrube a mudança na fórmula de cálculo do valor destinado ao fundo. Além disso, argumenta que a fixação da quantia foi aprovada de forma irregular e é inconstitucional. A depender da decisão da Corte, o montante pode cair para os R$ 2,1 bilhões previstos inicialmente pelo governo.

Ao contrário do fundo partidário, que é pago mensalmente às legendas, o fundo eleitoral é distribuído apenas em anos de campanha. O Congresso, o Planalto e a Procuradoria-Geral da República (PGR) alegam que o aumento dos recursos foi realizado legitimamente.

"É necessário que fique claro que o Poder Legislativo, na condição de representante da vontade popular, dimensionou as necessidades de financiamento para a campanha eleitoral das eleições gerais de 2022", salientou o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), no processo.

A PGR também defende a legalidade do reajuste dos recursos. "A emenda não afronta o Plano Plurianual da União para o período de 2020 a 2023, visto que o plano trata do financiamento dos programas de duração continuada, enquanto as despesas do fundo eleitoral só ocorrem em anos de eleições", destacou o procurador-geral da República, Augusto Aras, na manifestação à Corte.

Sem alteração

A tendência é que o STF não altere o valor do recurso, evitando, assim, atrito com o Congresso. Inicialmente, Bolsonaro impediu que o Fundão Eleitoral fosse majorado para R$ 5,7 bilhões, mas o Congresso derrubou o veto. Em dezembro, o relator do Orçamento, deputado Hugo Leal (PSD-RJ), fixou o valor de R$ 4,9 bilhões para bancar as eleições.

O cientista político Leonardo Queiroz Leite, doutor em administração pública e governo pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP), considera o valor bilionário um incômodo devido à crise econômica do país, que tem outras prioridades. "No contexto que estamos vivendo, com uma parcela da população desassistida, a classe política aprovar um orçamento que pode chegar a R$ 6 bilhões é inaceitável. Faltou bom senso e mais respeito ao interesse público", criticou.

O cientista político Cristiano Noronha, sócio da Arko Advice, aponta que a tendência é que o STF mantenha o valor. "As legendas estão bem atentas porque (o fundo) definirá o quanto de dinheiro os partidos vão, de fato, ter nessas eleições. A expectativa deles é de que o Supremo considere constitucional a medida", obervou.

Para o professor de estudos brasileiros da Universidade de Oklahoma (EUA) Fabio de Sá e Silva, a queixa do Novo não tem fundamento. "A ação está baseada em uma premissa equivocada, de que no sistema brasileiro o financiamento deve vir de apoiadores e candidatos, e não dos cofres públicos. Trata-se do sonho plutocrático do partido. Algum nível de financiamento público é necessário para garantir equidade na competição política", frisou.

UB estreia com bancada indefinida

» TAÍSA MEDEIROS

O União Brasil (UB), nascido da junção entre o PSL e o DEM, estreia hoje no Congresso Nacional. Apesar do tamanho — controla 29% do plenário da Câmara, com 149 deputados, e 35% do Senado, com 29 senadores; e fará jus a R$ 1,7 bilhão do Fundo Eleitoral para financiar seus candidatos em outubro —, tem uma série de questões internas para resolver. Sobretudo quem fica e quem sai da legenda com vistas ao pleito de outubro.

Isso porque muitos parlamentares ainda avaliam a permanência nas fileiras do UB. É o caso do deputado federal Marcelo Brum (PSL-RS), que diante dos prováveis rumos a serem tomados pela fusão, está reavaliando a permanência no partido. "Ainda não decidi qual partido estarei fazendo parte para as eleições de outubro. Devo decidir nos próximos dias", disse.

Já o deputado federal Luis Miranda (DEM-DF) está com o rumo definido: se desligará da nova legenda por um descontentamento gerado no processo de criação do UB. "Sou o único deputado Distrito Federal e mesmo sendo o único parlamentar eu não tive participação na tomada de decisões da regional. Isso me incomodou. Mas quando eles acordaram e viram que eu estava incomodado, e manifestando que iria sair, me chamaram para conversar. Aí eu já não tinha mais interesse", explicou o deputado, que estuda migrar para o Republicanos.

A estratégia do UB era ter a maior bancada para viabilizar as eleições pela Terceira Via, contrapondo a polarização gerada entre o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL). Miranda prevê uma grande evasão dos parlamentares.

"Talvez não tenha essa força toda dentro da Câmara e do Senado. E, pior, nas eleições, se não tiver um grande resultado, talvez não seja o maior partido no próximo mandato", observou o deputado.

> **Nas eleições, se não tiver um grande resultado, talvez não seja o maior partido no próximo mandato"**
>
> ***Deputado Luís Miranda (DEM-DF),*** *alertando que o União Brasil pode ter problemas para se consolidar*

Senado: campo minado para o Planalto

A menos de oito meses do primeiro turno das eleições, o Senado se transformou em terreno minado para o governo. Com pautas paradas e um conflito cada vez maior entre senadores e o ministro da Economia, Paulo Guedes, o Palácio do Planalto enfrenta problemas para retomar a articulação política na Casa. Das 45 propostas apontadas pelo governo como prioritárias, e encaminhadas ao Congresso na semana passada, 11 tramitam no Senado e estão travadas.

É o caso, por exemplo, da reforma tributária, do pacote relacionado ao preço de combustíveis e da reforma do Imposto de Renda. Diante do debate sobre o preço dos combustíveis, o Senado apresentou uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC), que foi apelidada por Guedes de PEC Kamikaze por promover ampla desoneração, além de subsídios fora das regras fiscais. Aliados do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), decidiram, então, expor o conflito com Guedes e devolveram o apelido de kamikaze para a gestão do titular da Economia.

A avaliação desse grupo é a de que Guedes faz discurso de ajuste fiscal, mas sempre se rende às ideias do presidente Jair Bolsonaro, que quer abrir o cofre em sua campanha pela reeleição. A pressão do Planalto para que governadores reduzam a cobrança do ICMS, imposto arrecadado pelos estados, também incomoda o Senado.

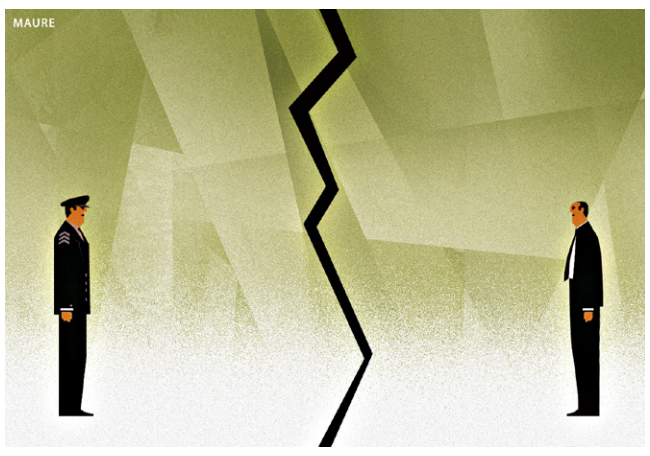
Desde dezembro, Bolsonaro não tem líder para articular votações no Senado. Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) deixou o cargo após ser derrotado na disputa para ocupar uma vaga no Tribunal de Contas da União (TCU) — sentiu-se abandonado pelo governo. Depois disso, parlamentares cortejados para o cargo têm resistido a aceitar a função por temer prejuízo político com a queda de popularidade de Bolsonaro.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



luizazedo.df@dabr.com.br



Comandantes militares não vão a Moscou com Bolsonaro

O comandante da Marinha, almirante Almir Garnier Santos, não viajou, ontem, com o presidente Jair Bolsonaro para Moscou, que vai à Rússia a convite do presidente Vladimir Putin. Era o único comandante das Forças Armadas que estava confirmado na comitiva, que inclui os generais do Palácio do Planalto: o ministro das Relações Exteriores, Carlos Alberto França, e o ministro da Defesa, Walter Braga Netto, além do secretário de Assuntos estratégicos, almirante Flávio Rocha. Garnier testou positivo para covid-19. O protocolo russo para a visita exige testes ao longo da viagem de toda a comitiva. Bolsonaro se reunirá com Putin amanhã.

Entre os principais assuntos a serem tratados na viagem, a compra de fertilizantes russos por parte do Brasil é o mais importante. O presidente encontra Putin num momento de grande tensão internacional, na qual o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o primeiro-ministro britânico, Boris Jonhson, afirmam que existe uma ameaça de invasão iminente da Ucrânia por tropas russas e prometem duras retaliações, se isso ocorrer.

Embora do ponto de vista geopolítico os interesses e alianças estratégicas da Rússia e do Brasil sejam distintos, principalmente na América do Sul, por causa da cooperação entre Putin e Nicolas Maduro, da Venezuela, há muitas afinidades entre os dois países por causa dos BRICs, que também reúne China, África do Sul e Índia, e do Conselho de Segurança da ONU, do qual o Brasil agora faz parte como membro temporário. Na quinta-feira, Bolsonaro embarcará para Budapeste, capital da Hungria, onde se encontrará com o primeiro-ministro Viktor Orbán, este sim um aliado ideológico de primeira hora de Bolsonaro.

A viagem foi marcada desde novembro pelo chanceler França, que opera uma estratégia para tirar Bolsonaro do isolamento internacional. De certa maneira, o encontro com Putin, emoldurado pela dramatização da crise ucraniana pela mídia internacional, ao mesmo tempo em que põe o presidente brasileiro no centro das atenções mundiais, pode ter consequências diplomáticas negativas.

O trauma das Malvinas

O assunto cabeludo da pauta de Bolsonaro com Putin é a Defesa. A cooperação militar do Brasil com a Rússia é muito limitada historicamente, por causa da aliança com os Estados Unidos. O sistema antiaéreo Pantsir-S1, oferecido pelos russos, já foi rejeitado pelo comandante da Força Aérea, brigadeiro Carlos Almeida Baptista, por incompatibilidade conceitual. O programa de compra de 12 helicópteros de ataque Mi-35M, iniciado em 2012, foi para a geladeira. Entretanto, o Brasil tem outros interesses que poderiam levar à cooperação militar com a Rússia, como o programa do submarino nuclear (Prosub). É aí que desistência do comandante da Marinha, por razões de saúde, pode ter sido providencial.

> A COOPERAÇÃO MILITAR DO BRASIL COM A RÚSSIA É HISTORICAMENTE LIMITADA, POR CAUSA DA ALIANÇA COM OS EUA E A INGLATERRA

A Guerra das Malvinas é um trauma geopolítico no Atlântico Sul, controlado pelo Reino Unido. Uma simples carta náutica mostra a hegemonia britânica, controlando o acesso à Antártica e ao Oceano Índico. As ilhas de Ascensão, Santa Helena, Tristão da Cunha, Gouch, Sandwich do Sul, Geórgia do Sul, Orcadas do Sul e Malvinas são britânicas. A ilha de Martim Vaz foi descoberta em 1501 pelo navegador galego João da Nova. No ano seguinte, o navegador português Estêvão da Gama visitou a ilha vizinha, Trindade. Na independência do Brasil, passaram a ser brasileiras. Em 1890, o Reino Unido ocupou Trindade, mas os ingleses abandonaram-na em 1896, depois de um acordo entre os dois países, que contou com mediação portuguesa.

A devolução de Trindade ao Brasil por meios diplomáticos resolveu um grave problema. O mesmo não ocorreu com as Malvinas. O arquipélago foi disputado por espanhóis, franceses e argentinos. O Reino Unido ocupou o arquipélago em 1833. Em abril de 1982, forças argentinas ocuparam o território. Em dois meses, os britânicos recuperaram a ilha. Com a Guerra das Malvinas, reafirmaram sua hegemonia no Atlântico Sul, com apoio dos Estados Unidos. A guerra pôs de cabeça para baixo a Doutrina Monroe e a antiga Doutrina de Segurança Nacional do regime militar. Nasce daí o conceito de Amazônia Azul, da Marinha do Brasil.

Mas como defender a nossa plataforma continental e suas riquezas? Ora, aumentando o poder de dissuasão por meio de um submarino nuclear, concluíram os nossos estrategistas militares. A construção desse submarino preocupa os Estados Unidos e a Inglaterra. Somente é possível porque o Brasil desenvolveu o reator nuclear e a França ajudou na construção do casco, transferindo tecnologia. Mas há um gargalo tecnológico no sistema elétrico. Se quiser, Putin pode ajudar, mas esse tipo de acordo reposicionaria o Brasil em relação à Otan. Os comandantes militares, que não são bestas, caíram fora da comitiva.